

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA – DIVISÃO DE LICITAÇÕES**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90007/2025**

**Processo Administrativo – 08004.000845/2024-52**

**Arflex Comércio e Serviço de climatização LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 10.546.779/0001-07, com endereço na Rua Cecília do rego almeida, 168 – CEIP 02 – Jardim Eldorado, Palhoça/SC – 88.133-560 neste ato representado por seu representante legal, Sr. Laurindo Zatorski Filho, vem, respeitosamente, perante Vossa Senhoria, com fundamento no item 12 do Edital, apresentar **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**, pelos motivos de fato e de direito abaixo expostas.

**I – DA TEMPESTIVIDADE**

A Requerente apresentou Impugnação contra o edital em epígrafe no dia 06/06/2025, ou seja, 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão pública que está designada para o dia 11/06/202.

De acordo com o que estabelece o item 12 do edital em epígrafe, bem como no artigo 164, da Lei 14.133/2021, o prazo para apresentação de impugnações ao edital é de 03 (três) dias úteis antes da abertura da sessão. Desta forma, a presente impugnação é tempestiva.

## I – DOS FATOS

Em apertada síntese, trata-se de pregão eletrônico que tem por objeto a Contratação de serviço de engenharia para o fornecimento e instalação de 2 (dois) equipamentos resfriadores de água (chiller) **da marca TRANE** na casa de máquinas do Edifício Sede do Ministério da Justiça e Segurança Pública.

A Requerente demonstrará durante a presente impugnação ao edital que a exigência de marca dos equipamentos objeto da licitação impede a concorrência, a impessoalidade e a oferta de melhores propostas de redução dos custos de aquisição.

Desta forma, a Recorrente impugna o item 1.1 e 5.1.2 do edital em face da exigência ilegal de marca do equipamento a ser adquirido.

## II – DA INVIABILIDADE TÉCNICA DA EXIGÊNCIA DE MARCA

A empresa impugnante possui interesse em participar do processo licitatório para o fornecimento e instalação de 2 (dois) equipamentos resfriadores de água (chiller).

Ao verificar as condições para participação na licitação citada, constatou-se que o edital prevê em seu objeto que os equipamentos resfriadores devem ser da marca TRANE, impossibilitando qualquer outra marca de participar do certame.

A Constituição Federal, bem como a Lei nº 14.133/2021, tem como regra basilar da competição a impossibilidade de exigências que inviabilizem a concorrência pública e vede a participação do maior número de empresas capazes de entregar e executar bens ou serviços.

A Lei nº 14133/2021, excepciona essa regra ao autorizar a indicação de marca para produtos em quatro situações, conforme se demonstra no artigo 41, *in verbis*:

Art. 41. No caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente:

I - **indicar uma ou mais marcas** ou modelos, **desde que formalmente justificado**, nas seguintes hipóteses:

- a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
- b) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
- c) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

d) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência; (grifo nosso).

No caso em tela, a aquisição de equipamentos de refrigeração de Chiller não pressupõe necessidade específica para determinar a marca, haja vista que o sistema contratado possui capacidade de comunicação por protocolos abertos notadamente **Modbus, BACnet ou LonWorks**, amplamente aceitos e padronizados pelo setor.

Assim, mesmo a Administração Pública já possuindo um equipamento da Marca **Trane**, não inviabiliza, nem tampouco dificulta a aquisição de equipamentos similares de outras marcas no mercado.

Tais protocolos são desenvolvidos exatamente para permitir a **interoperabilidade entre equipamentos de diferentes fabricantes**, garantindo a perfeita comunicação, supervisão e integração em sistemas de automação predial (Building Management System – BMS).

Importante destacar que nem o Termo de Referência, Anexo I, nem o Termo de Justificativas Técnicas Relevantes, Anexo II, não apresentam justificativa técnica para a imposição da marca Trane, contrariando o inciso I, do artigo 41, da Lei de Licitações.

A falta de justificativa técnica que ampare a nomeação da marca exigida é vedada pela legislação, bem como fere de morte o caput do artigo 37, da Constituição Federal, que obriga a administração pública direta obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

A Lei de Licitações, em seu artigo 43, exige que o processo de padronização deverá conter:

- I - parecer técnico sobre o produto, considerados especificações técnicas e estéticas, desempenho, análise de contratações anteriores, custo e condições de manutenção e garantia;
- II - despacho motivado da autoridade superior, com a adoção do padrão;
- III - síntese da justificativa e descrição sucinta do padrão definido, divulgadas em sítio eletrônico oficial.

No presente caso, não há nenhum estudo técnico que embase a imposição da marca requerida, haja vista que é tecnicamente viável a compatibilidade técnica entre marcas distintas.

As normas técnicas internacionais, especialmente aquelas emitidas pela **ASHRAE** e pela **BACnet International**, definem padrões de comunicação abertos e públicos para sistemas de climatização e automação predial.

Todos os fabricantes de chillers de renome — Trane, Carrier, York, Daikin, Hitachi, LG, entre outros — oferecem seus equipamentos com controladores compatíveis com tais protocolos. Assim, qualquer chiller que atenda às especificações de capacidade, eficiência e protocolo de comunicação abertas poderá se integrar de forma segura, eficiente e funcional ao sistema existente.

A prática consolidada no mercado comprova que **não é necessário que todos os chillers de um sistema pertençam à mesma marca**. A compatibilidade técnica é garantida, conforme citado, pela **adoção de protocolos universais**, sendo irrelevante a marca específica do equipamento.

O Tribunal de Contas da União-TCU consolidou seu entendimento sobre o tema expedindo a Súmula 270, que aduz:

SÚMULA TCU 270: Em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, **desde que seja estritamente necessária para atender exigências de padronização e que haja prévia justificação**. (grifo nosso).

A falta de justificativa técnica que demonstre exigência de padronização expõe vício ao edital, sendo necessária a sua retificação e nova publicação, devendo ser revogada a exigência que imponha ao equipamento licitado a marca a ser adquirida.

#### IV – DO PEDIDO

Isto posto requer-se:

a. Que a presente impugnação seja julgada procedente, para retificar o edital nº **90007/2025**, **devendo ser excluída a exigência de marca específica para a aquisição de resfriadores tipo Chiller** e permita a participação de equipamentos de quaisquer marcas que atendam **às mesmas especificações técnicas de desempenho** (capacidade frigorífica, eficiência energética, tipo de compressor, etc.), bem como garanta apenas a exigência de compatibilidade de comunicação via **protocolos abertos e universalmente aceitos** (Modbus, BACnet ou similares), assegurando a plena integração com o sistema existente, sem comprometimento da operação.

b. Após a retificação no edital, seja determinado nova data para recebimento e abertura das propostas.

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Palhoça, 06 de junho de 2025.

LAURINDO ZATORSKI  
FILHO:76521150944

Assinado de forma digital por  
LAURINDO ZATORSKI  
FILHO:76521150944  
Dados: 2025.06.06 15:33:56 -03'00'

---

Laurindo Zatorski Filho

765.211.509-44